

RESUMO EXPANDIDO - EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

**CÍRCULOS DE CULTURA E PRODUÇÃO DO SOCIAL EM CONTEXTOS
RIBEIRINHOS**

Lueny Karoline Do Rosário Feio (luenykaroline15@gmail.com)

Melyna Ryan De Souza Linard (ryan.linard@ifch.ufpa.br)

Rabheche Nathaly Ribeiro Barbosa (rabheche.barbosa@ifch.ufpa.br)

Felipe Figueiredo De Campos Ribeiro (feliperibeiro@ufpa.br)

Introdução: Os povos ribeirinhos da Amazônia têm o rio como espinha dorsal de seu corpo existencial, constituindo-se historicamente na relação com os territórios fluviais, articulando práticas de subsistência, vínculos comunitários e inserções nas dinâmicas econômicas regionais. A relação estabelecida com a natureza, especialmente com os ecossistemas fluviais, organiza-se a partir de práticas baseadas na cooperação, uso compartilhado dos recursos e interdependência material e simbólica, revelando uma compreensão relacional da vida (Lira, 2023). Contudo, esse modo particular de ser não se configura em forma isolada ou pura de existência. Esses grupos encontram-se atravessados por complexos processos de urbanização, mercantilização, precarização do trabalho e desigualdades estruturais que tensionam seus modos tradicionais de organização social. Ainda assim, o território permanece

elemento central na produção de identidades, pertencimento, memória coletiva e continuidade cultural. Tal compreensão dialoga diretamente com a teoria ecológica de Urie Bronfenbrenner, segundo a qual o indivíduo não pode ser compreendido de forma dissociada de seu ambiente, uma vez que não apenas existe nele, mas o constitui e é por ele constituído, em um processo contínuo de mútua influência (Bronfenbrenner, 1996). Nesse sentido, o modo de ser ribeirinho emerge como uma forma singular de existência, atravessada por dimensões socioculturais, econômicas e ambientais, nas quais o território ultrapassa a condição de cenário e assume papel ativo na produção de sentidos e formas de organização coletiva. Trata-se de populações historicamente invisibilizadas pelos discursos hegemônicos e frequentemente subjugadas, alocadas à margem das políticas públicas. Seus saberes e práticas são construídos em meio a tensões econômicas, políticas e ambientais. Esses conhecimentos não devem ser compreendidos como expressões de uma pureza cultural ou externa ao capitalismo, mas como construções sociais dinâmicas, marcadas por contradições e negociações, que revelam formas específicas de organizar a convivência coletiva e de responder às adversidades características do momento presente, evidenciando potencial de agência mesmo em contextos de vulnerabilização (Goulart, 2025). Entretanto, a intensificação das mudanças climáticas, fenômeno diretamente associado ao modo de vida capitalista que estrutura o contexto global contemporâneo, agrava desigualdades históricas e compromete a continuidade dessas populações. A intensificação de secas e chuvas prolongadas, o aumento do nível das águas e a recorrência de queimadas, quando associados à insuficiência de políticas públicas de proteção aos territórios e às populações tradicionais, comprometem de forma significativa suas condições materiais e simbólicas de existência. Assim, as populações ribeirinhas configuram-se como grupos socialmente vulnerabilizados e desigualmente afetados pelos riscos e danos decorrentes da degradação ambiental, impactos que atravessam não apenas a mobilidade, a segurança alimentar e o acesso a direitos, mas também os vínculos comunitários, as tradições e os sentidos de pertencimento, produzindo sofrimento, sentimentos de perda e ameaças às suas continuidades existenciais (Santos, 2023; Ribeiro et al, 2025). Discussão: Diante desse cenário, torna-se fundamental o desenvolvimento de práticas educacionais e grupais

comprometidas com a justiça social, que articulem reflexão crítica, valorização da diversidade e fortalecimento dos vínculos comunitários. A partir de uma perspectiva da Psicologia Social, compreende-se que o social não é dado, mas continuamente produzido nas relações, nos encontros e, sobretudo, na linguagem. Desse modo, a educação assume um papel estratégico na criação de espaços formativos que possibilitem a circulação de múltiplas vozes, a problematização da realidade vivida e a construção coletiva de sentidos, especialmente em territórios marcados por desigualdades históricas. Nessa perspectiva, os Círculos de Cultura, propostos por Paulo Freire (1970) no contexto das experiências de alfabetização popular no Brasil, constituem uma metodologia educativa baseada no diálogo horizontal e na problematização da realidade vivida. Diferentemente do modelo tradicional de ensino – que parte da transmissão vertical de conteúdos – os Círculos organizam-se como espaços coletivos de fala e escuta, nos quais os participantes refletem criticamente sobre suas próprias experiências, identificam temas geradores vinculados ao seu cotidiano e constroem, conjuntamente, novos sentidos sobre sua condição social. Mais do que uma técnica pedagógica, trata-se de uma prática político-educativa que compreende o conhecimento como produção coletiva e situada. Ao deslocar a centralidade do saber técnico e reconhecer os sujeitos como protagonistas históricos, os Círculos favorecem processos de conscientização, fortalecimento identitário e leitura crítica das estruturas sociais que produzem desigualdades. Sua atualidade reside justamente na capacidade de criar espaços formativos em contextos marcados por vulnerabilidades socioambientais, onde a escuta, a construção coletiva de sentidos e a articulação entre experiência e reflexão crítica tornam-se fundamentais para a produção de autonomia, participação social e justiça social. Essa visão dialoga de maneira direta com as práticas colaborativas e dialógicas desenvolvidas por Harlene Anderson, especialmente no que se refere à postura de não-saber, à valorização da diferença e à compreensão da linguagem como prática relacional (Anderson, 2016). Para Anderson, o diálogo não se reduz a uma técnica, mas constitui um modo ético de “estar-com” o outro, no qual os significados e as realidades são coconstruídos no encontro entre diferentes vozes. A inserção da diferença, que pode ser entendida como o novo, o inesperado e o não previamente capturado por discursos dominantes, possibilita a emergência de

outras perspectivas e realidades possíveis, ampliando os horizontes de compreensão e ação coletiva. Assim, ao articular práticas grupais em contextos ribeirinhos com a perspectiva dialógica e os fundamentos da Psicologia Social, compreende-se que tais espaços não apenas favorecem a troca de experiências, mas produzem socialmente novos sentidos de pertencimento, resistência e existência. O grupo, enquanto espaço relacional e discursivo, torna-se um território simbólico de criação, no qual a linguagem opera como prática social capaz de sustentar processos de reconhecimento, fortalecimento comunitário e transformação das realidades vividas. Considerações Finais: Portanto, torna-se visível o quanto os impactos das mudanças climáticas ameaçam o modo de vida das populações que vivem às margens das águas, agravando a sua marginalização social. Nesse sentido, intervenções educacionais dialógicas, como os Círculos de Cultura, assumem o papel de mediação, não somente para o fortalecimento da resiliência comunitária, como também facilitam novas formas de interpretar a identidade, que surge a partir da interação organismo-natureza. Além disso, a educação ultrapassa o empoderamento e norteia tais sujeitos a vislumbrar o poder de ação que possuem sobre o espaço que habitam. De tal modo a preservar a epistemologia de seus contextos, onde a relação corpo-território se torna vital para a sobrevivência e reexistência coletiva.

Referências bibliográficas:

ANDERSON, Harlene. Algumas considerações sobre o convite ao diálogo. *Nova Perspectiva Sistêmica*, [S. l.], v. 25, n. 56, p. 49–54, 2016. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/240>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DOS SANTOS, D. I. P.; DA COSTA, F. S.; DE ALMEIDA CALDAS, M. R.; SILVA, P. R. M.; DE ALMEIDA CALDAS, I. S. Mudanças climáticas e modo de vida ribeirinho: bases para a governança de risco no Amazonas. *Educamazônia: Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, v. 16, n. 2, p. 416–438, jul./dez. 2023

GOULART, Daniele Serra Pinto; MARTINS, Gabriella Ferreira de Andrade; NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. A CONTRIBUIÇÃO DOS RIBEIRINHOS DO AMAZONAS PARA A SUSTENTABILIDADE. *ARACÊ*, [S. l.], v. 7, n. 9, p. e8554, 2025. DOI: 10.56238/arev7n9-314. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/8554>. Acesso em: 10 fev. 2026.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/593>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estud. pesquis. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 fev. 2026.

RIBEIRO, Rafael Augusto Guimarães dos Santos Martins; AZEVEDO, Maria Carolina Vitorasso de; FARIAS, Yasmin Laureen Antunes. DESAFIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE RIBEIRINHA. *CADERNO BRASILEIRO DE ATUALIZAÇÕES E PESQUISA EM PSICOLOGIA*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 01–03, 2025. DOI: 10.56579/cbapp.v1i1.2512. Disponível em:

<https://revistas.ceeinter.com.br/cadernobapp/article/view/2512>. Acesso em: 10 fev. 2026.

Palavras-chave: palavras-chave: população ribeirinha; mudanças climáticas; círculos de cultura; educação dialógica.